

**Centro Ruth Cardoso**

**Ciclo Juventudes**

**Comitê Juventudes e Construção de Identidade**

**Reforma do Ensino Médio – Reunião 2**

*A partir de um processo de redesenho de seus propósitos e linhas de ação, o Centro Ruth Cardoso (CRC), abarcado pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, passa a investir na consolidação de seu papel como um polo de geração e disseminação de conhecimento. Para tal, o CRC reuniu pessoas atuantes na academia, em movimentos sociais e nas diferentes linguagens artísticas para pensar temas contemporâneos, produzindo materiais que sistematizem e compartilhem as análises e reflexões geradas nesses encontros. A temática a ser explorada no primeiro ciclo é Juventudes, dividida em três vertentes: atuação política, construção de identidade e sociabilidades.*

*Este documento registra e organiza o conteúdo principal do debate Reforma do Ensino Médio – parte 2, realizado em 21 de julho de 2021, no âmbito do Comitê Juventudes e Construção de Identidade.*

#### **CONVIDADOS**

- **ALÉSSIO TRINDADE:** é professor titular do Instituto Federal da Paraíba e pesquisador associado da Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi Secretário de Estado da Educação da Paraíba, Secretário de Educação Profissional do Ministério da Educação e reitor do Instituto Federal de Brasília, além de participar da criação de iniciativas como o Ensino Médio integral e técnico da Paraíba;
- **JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES:** é professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas e diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais, ambos da FGV. No Ministério da Educação, foi Ministro de Estado, Secretário Executivo e presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- **GHISLEINE TRIGO** (mediação): é presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Na Secretaria Estadual de Educação paulista, foi coordenadora de Gestão da Educação Básica e do projeto de desenvolvimento dos conteúdos programáticos dos cadernos dos professores. É membro da Rede de Parceiros do CRC.

#### **QUESTÕES PARA REFLEXÃO**

- Como será a inclusão da formação profissional no Ensino Médio?
- Como estão sendo elaborados os currículos estaduais (até 2021)?

- Quais os desafios, as perspectivas e o impacto da educação *on-line* sobre as juventudes?
- Como trabalhar o letramento digital de juventudes que vivem contextos socioeconômicos e de acesso tão desiguais?
- Quais práticas podem se revelar sustentáveis para dar início e continuidade à reforma do Ensino Médio?
- Do ponto de vista dos conselhos estaduais e nacional de Educação, quais estratégias têm sido eficientes para alavancar a reforma do Ensino Médio?
- Quais são as estratégias plausíveis para estimular que a aprendizagem seja o foco de trabalho das secretarias estaduais de Educação? Seria o caso de investir na autonomia das escolas para que elas consigam fazer escolhas comprometidas com a aprendizagem?
- Como escolher os itinerários formativos? A quem cabe essa decisão? Quais estratégias de escuta aos diferentes atores – jovens, professores, mercado – têm sido adotadas pelos estados?
- De que maneira o novo Ensino Médio considera a formação política dos jovens, pautada pelos valores democráticos e pela tolerância ao diferente?
- Sabemos que as profissões do futuro não serão as mesmas de hoje. Como garantir que os processos de escuta às demandas dos jovens considerem de forma contínua a agilidade de um mercado de trabalho tão fluido?
- De que forma a gestão pública tem se renovado diante das demandas sociais por inclusão e diversidade, inclusive por parte do mercado? Como isso tem sido tratado no ambiente escolar, que precisa lidar com as questões de racismo, machismo e demais violências vivenciadas pelas juventudes?
- Como tem sido feita a preparação dos corpos docente e diretor das escolas para dar conta de uma mudança tão radical trazida pelo novo Ensino Médio?

---

## DEBATE

---

### O NOVO ENSINO MÉDIO: UM RÁPIDO PANORAMA

- Necessidade da reforma do Ensino Médio se coloca pelos resultados educacionais deficitários do antigo modelo, em especial no que se refere à proficiência;
  - Resultados negativos refletem as desigualdades socioeconômicas mais amplas do Brasil: importância de falar sempre em “juventudes”, no plural, diante das distintas realidades;
  - Modelo defasado em relação às demandas e expectativas das juventudes;

- Fosso entre o Ensino Médio e o Ensino Superior: por um lado, perda de estudantes nessa passagem; por outro, ausência de uma discussão sobre o papel dos diferentes níveis de formação e instituições para que o jovem tenha clareza na sua decisão, o que impacta nas taxas de conclusão dos cursos superiores.
- Dos 26 estados mais o Distrito Federal, somente 11 aprovaram o novo currículo no respectivo Conselho Estadual de Educação;
  - Ainda que a pandemia de COVID-19 tenha interferido no andamento do processo, o cenário é alarmante, considerando que o novo Ensino Médio deverá estar implementado já em 2022;
  - Dos 11 estados que aprovaram as novas diretrizes, alguns o fizeram a toque de caixa, sem um debate aprofundado com seu Conselho;
  - Poucos estados estabeleceram a devida discussão com os professores, de modo que eles pudessem compreender e incorporar as mudanças: ponto de preocupação, já que as transformações na Educação concebidas pelo núcleo estratégico das secretarias têm de chegar até a sala de aula para serem efetivas.
- Necessidade de acompanhamento para que a reforma do Ensino Médio não se torne "letra morta".

*"Com todos os desafios, somente o fato de termos feito essa discussão já é muito positivo, porque na verdade o que estamos fazendo é debater aprendizagem e a necessidade de reduzir o fosso entre aquilo que a juventude pensa, aquilo que ela quer do ponto de vista da escola e aquilo que a escola oferece, especialmente no Ensino Médio. A escola que temos hoje, como diria Manuel Castells, sofre de um problema de obsolescência. Nós estamos trazendo jovens que têm um pensamento do século XXI para uma escola que é dos séculos XIX e XX." – JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES*

## OS DIFERENTES ATORES E SEUS DESAFIOS NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

- A escola pública:
  - Descrença generalizada por parte dos formuladores de política, dos tomadores de decisão e das pessoas que pautam a opinião pública em relação ao sistema público de Educação e seus atores;
  - Interesses políticos e corporativos diante de um orçamento nacional vultoso para a Educação: é preciso que a execução desse orçamento esteja alinhada ao projeto pedagógico.

*"Nós temos um problema. Quando fazemos uma política pública, nós não acreditamos no nosso jovem como ele é, nós não acreditamos nos nossos professores como eles são e nós não acreditamos na escola pública como ela é hoje. A partir disso surge o seguinte: todo*

*“mundo se mete na escola pública e, no final das contas, todo mundo volta para culpar o professor e a escola pública, principalmente os políticos. Nós não acreditamos, nos metemos na seara de uma forma muito desorganizada e depois retornamos a culpa pelo desastre a eles mesmos.” – ALÉSSIO TRINDADE*

- As secretarias estaduais de Educação:

- São poucos os casos de secretarias com uma gestão voltada para a aprendizagem: desde o secretário estadual de Educação até o supervisor escolar, a agenda de trabalho dos gestores costuma ser tomada pela solução de problemas de suporte;
- Gestão voltada para a aprendizagem como requisito para a implementação do novo Ensino Médio: ao contrário do Ensino Fundamental, para o qual foi construída uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) detalhada em seus componentes curriculares, caberá ao estado definir que tipo de Ensino Médio ele deseja oferecer aos jovens, o que coloca um desafio maior às secretarias;
- “A mudança no Ensino Médio significa uma mudança na gestão do Ensino Médio”: diversas questões colocadas pela reforma impactam diretamente na gestão do sistema educacional, como em gestão de pessoas (contratação de novos quadros, formação dos professores, entender sua reação às mudanças etc.).

*“O novo Ensino Médio nos faz mergulhar na questão da aprendizagem, na medida em que temos uma BNCC e, a partir dela, precisamos rever questões associadas a formação de professores, currículo, material didático. E, em geral, a realidade que nós temos nas secretarias de Educação não permite isso, porque elas têm uma agenda voltada muito mais para áreas de suporte – transporte escolar, alimentação escolar, infraestrutura das escolas etc. – do que propriamente para áreas finalísticas.” – JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES*

- Os conselhos estaduais e nacional de Educação:

- Importância de valorizá-los como uma instância qualificada de debate das políticas públicas educacionais, capaz de contribuir para que o foco das secretarias de Educação seja de fato a aprendizagem;
- Troca de experiências: criação de espaços como fóruns e grupos de trabalho temáticos permite que os estados conheçam o que tem sido feito no restante do país e construam referências positivas;
- Experiência do Conselho Estadual de São Paulo: diálogos frequentes com a equipe da secretaria estadual de Educação; envolvimento das universidades públicas para identificar os desdobramentos da reforma do Ensino Médio nas graduações; deliberação visando à garantia de mecanismos de discussão com professores e gestores; deliberação para que as instituições de Ensino Superior responsáveis pela formação inicial incluam em seus planos de curso conteúdos relacionados ao novo

Ensino Médio; deliberação sobre os critérios para a contratação de instituições que vendem cursos para os itinerários formativos;

- Diante da omissão do Ministério da Educação, papel fundamental do Conselho Nacional de Educação durante a pandemia de COVID-19 para o desenvolvimento de diretrizes e protocolos, bem como do Conselho Nacional de Secretários de Educação para articular o andamento da implementação do novo Ensino Médio.

***“Os conselhos estaduais nem sempre são uma instância valorizada do ponto de vista das políticas públicas. É uma estratégia que funciona para os professores, que é a troca de experiências exitosas, parece funcionar também para o fortalecimento desses conselhos.”***  
– GHISLEINE TRIGO

- Os diretores de escola:

- “Vocês não têm pena dos diretores das escolas”: gestores sobrecarregados pela tarefa de administrar os diversos projetos, programas e ações educacionais criados por diferentes ministérios, secretarias, universidades, institutos federais e organizações da sociedade civil, o que se torna um fator crítico para a gestão do projeto pedagógico escolar – seja ele o velho ou o novo Ensino Médio;
- Em geral, tais projetos, programas e ações educacionais que chegam às escolas não têm alinhamento com o projeto pedagógico nem compromisso com a rotina pedagógica escolar;
- “Todo mundo mete a mão na escola”: interferência de interesses políticos e financeiros de atores locais sobre o projeto pedagógico, seja por parte de pessoas com autoridade maior que a do diretor escolar (exemplo: prefeitos e pessoas indicadas por eles), seja por empresas interessadas na venda de livros, equipamentos etc.

***“Nós temos um fluxo de gestão: nós pensamos um programa, temos os indicadores, passamos para os diretores regionais, estes fazem a formação continuada com os diretores escolares, que vão lá para a ponta, e aí chega o prefeito e fala: ‘Não é desse jeito, não, é de outro jeito’, e todo mundo tem de obedecer. Isso é um modus operandi e uma característica da fragilidade do nosso processo de gestão da Educação que fazem com que as coisas não aconteçam.”*** – ALÉSSIO TRINDADE

- Os professores:

- Agente de transformação: o professor deve entender que ele não vai para a escola ensinar física, matemática ou português, mas sim como parte de um projeto escolar mais amplo, no qual ele contribui para a caminhada do aluno do Ensino Médio em se conhecer, compreender, construir e planejar sua vida.

- Os estudantes:

- “O valor da escola”: é preciso que o jovem tenha a concepção de que ele frequenta a escola não por mera obrigação, mas sim porque ele vê no Ensino Médio uma oportunidade para viver, aprender, desenhar e redesenhar seu planejamento de vida em um ambiente em que ele recebe apoio para fazê-lo da melhor forma.

## A ESCOLA DO SÉCULO XXI

- Experiências mostram que há bons resultados quando:

- As escolas têm um projeto pedagógico claro, que considera temas das artes, da cultura, dos esportes, do trabalho, do empreendedorismo, do acesso à universidade;
- A gestão escolar tem as condições necessárias para se dedicar à implementação do projeto pedagógico, cabendo às secretarias estaduais de Educação filtrar e dialogar com os diferentes interesses que impactam o “chão” da escola;
- Há processos de suporte inteligentes, que desoneram os gestores para que eles se concentrem na aprendizagem. Exemplos: implantação de sistemas eletrônicos para a comunicação e a resolução de problemas de infraestrutura das escolas; repasse de recursos para que o próprio diretor escolar adquira e administre o pacote de conexão à Internet, em vez de um contrato único para toda a rede via secretaria de Educação;
- Há uma cultura de acompanhamento com sofisticação crescente e uma cadeia de responsabilidades clara, na qual os professores têm compromisso com que todos os jovens – inclusive os desinteressados – cumpram os objetivos de aprendizagem; os diretores e coordenadores pedagógicos têm compromisso com o que acontece em cada turma; as coordenações regionais e as secretarias de Educação têm compromisso com o que acontece em cada escola (o que é um desafio complexo para as grandes redes estaduais de ensino);
- Há formação continuada dos professores dentro de um planejamento das secretarias de Educação, com foco na execução do projeto pedagógico escolar e alinhada de forma autêntica à rotina pedagógica;
- Os professores são parte do processo de construção do projeto pedagógico escolar, dos parâmetros de gestão e de monitoramento, uma vez que são eles os reais conhecedores das características operacionais da escola;
- Desde os professores até as secretarias de Educação, há preocupação e compromisso com a aprendizagem plena (ou seja, com a inclusão), de maneira a proteger aqueles estudantes excluídos da escola por razões que envolvem racismo, violência e demais questões sociais;

- Os jovens são corresponsáveis pelo processo educacional, em uma gestão escolar democrática.

***“Um desafio é o protagonismo. Se o professor não é ouvido, imagine o jovem. Dar voz às juventudes, acreditar que elas têm contribuições a dar parecem ser uma boa saída, e nós temos tido surpresas interessantes, especialmente durante a pandemia de COVID-19.”*** – GHISLEINE TRIGO

- Formação para o mundo do trabalho:

- Objetivo do novo Ensino Médio não é formar mão de obra, mas desenvolver pessoas para todas as provas da vida, o que inclui o trabalho;
- Consultas públicas feitas aos jovens têm demonstrado o interesse desse público por algum tipo de curso técnico profissionalizante;
- Importância de criar mecanismos de escuta sobre os itinerários formativos que envolvam todas as partes interessadas: jovens, professores, escolas públicas e privadas, universidades, conselhos de Educação etc.;
- É fundamental que a flexibilidade pretendida para o novo Ensino Médio trabalhe a favor da escuta contínua às demandas dos jovens em um mercado de trabalho que passa por intensas e velozes transformações;
- “Repensar o futuro a cada momento”: importância de que haja uma integração entre os itinerários formativos para que o jovem possa escolher os caminhos que deseja explorar, em especial diante de novas gerações que absorvem conjuntos diversos de informação rapidamente e de uma nova economia em que as trajetórias formativas tradicionais já não têm o mesmo peso;
- Articulação com o modelo de educação integral.

- Formação para a cidadania:

- Em 1937, ao definir como seria o ensino brasileiro, governo da época decidiu priorizar uma visão de educação pautada na Igreja católica, e não na filosofia, o que influenciou a maneira como a formação política das juventudes é trabalhada nos currículos escolares;
- No novo Ensino Médio, a formação política dos jovens é parte integrante da formação para temas contemporâneos, cabendo a cada rede estadual, escola e professor determinar como isso será desenvolvido e executado;
- “Não é tudo enlatado”: importância de os currículos darem a oportunidade da escolha aos jovens, como clubes de debate, clubes de ação social, atividades sistemáticas na comunidade;
- “Saber pensar”: casos de países desenvolvidos como a Finlândia e a Coreia do Sul mostraram que o impressionante desenvolvimento tecnológico de anos recentes não foi

acompanhado de uma capacidade crescente de inovação em decorrência da falta de visão crítica.

*“Os países desenvolvidos que estão pensando em educação profissional têm se preocupado com a questão do pensamento crítico dos jovens, de forma a levá-los a pensar sempre na mudança, na criação e a ser um motor da inovação dentro de um conceito que chamamos de inovação aberta. Vimos na pandemia de COVID-19, diante do desafio da produção de vacinas, diversos institutos de pesquisa e profissionais de vários países fazendo um esforço conjunto para produzir uma solução benéfica para a sociedade. Essa inovação aberta requer que o jovem tenha a capacidade de conviver e de ter tolerância com pessoas que pensam de forma diferente, o que vai totalmente em outra direção do que vivemos hoje com a ideia de polarização.” – JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES*

*“O engajamento do estudante nas questões pedagógicas e formativas da escola, na política escolar – e não me refiro só à política de representação, à disputa de cargos nos grêmios estudantis, mas a ter opinião e atuação ativa no dia a dia escolar –, isso é formação política também. E essa formação política precisa ser estimulada para que o estudante seja agente de mudança, tanto dentro da escola quanto na própria comunidade ao redor.” – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO*

## REFERÊNCIAS & MATERIAIS DE INTERESSE

- Base Nacional Comum Curricular, documento normativo do Ministério da Educação: <https://bit.ly/3idDUbh>
- Itaú Educação e Trabalho, iniciativa de apoio e incentivo à implementação de políticas públicas, com foco principal na formação para o mundo do trabalho: <https://bit.ly/3rUozRx>
- Jovem de Futuro, programa que trabalha a gestão em escolas públicas de Ensino Médio implementado pelo Instituto Unibanco em parceria com as secretarias estaduais de Educação: <https://bit.ly/36xK3tN>
- *Manuel Castells Scientific Work*, site que reúne a produção intelectual do sociólogo espanhol, como capítulos de livros, artigos e conferências, em uma iniciativa da Universitat Oberta de Catalunya e da Fundación Telefónica: <https://bit.ly/3xiToli>
- Nova Lei do Ensino Médio (nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017): <https://bit.ly/3hC1ZLr>
- *O novo Ensino Médio e os itinerários formativos*, webinar realizado em 04 de junho de 2020 pela Fundação Getulio Vargas: <https://bit.ly/3BYEl2x>